

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A conta-gotas

A nova nota conjunta de Brasil e Colômbia manifestando “profunda preocupação” com as medidas judiciais da Venezuela foi vista no mundo político como um sinal de que Nicolás Maduro caminha para perder os únicos países da região que ainda não condenaram o desfecho eleitoral e a ausência das tais atas.

Missão difícil

A ministra da Planejamento, Simone Tebet, vai ficar rouca de tanto defender a proposta orçamentária encaminhada ao Congresso. Porém, se depender dos senadores, a perspectiva de aprovação de aumento de impostos é nula. Nos bastidores, não há quem defenda aumento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e de contribuição sobre o lucro.

Preservado

Do alto de quem comanda um Poder, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, não recebeu a ministra Simone Tebet, segundo seus colegas de Casa, justamente para ficar fora dessa discussão. Neste momento, Pacheco precisa se recolher para, mais à frente, entrar no papel de pacificador entre os senadores e o governo.

Sete de Setembro na roda

Nem o Sete de Setembro escapará da tal polarização que toma conta do país. Em Brasília, apoio a Alexandre de Moraes, convidado por Lula, como é de praxe chamar os ministros do STF. E, em São Paulo, manifestação contra o ministro.

Sem alternativa

O governo já quebrou a cabeça em busca de um candidato a presidente do Senado, mas, diante dos fatos, muitos aliados do Planalto fizeram chegar ao presidente Lula que, pelo menos, até aqui, o melhor é se juntar a Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o poderoso presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Atualmente, tudo passa por ele. E, diante da constatação de que o governo não tem maioria na Casa para fazer valer a sua vontade, melhor fechar com Alcolumbre e negociar lá na frente. A trilha foi aberta pelo PDT, que anunciou o apoio ao senador amapaense. Os demais, porém, devem

esperar o andar da carruagem na Câmara para anunciar o respaldo a Alcolumbre.

» »

Na Câmara, porém, conforme o leitor da coluna já sabe, o governo não desistiu de rachar o centro. Porém, está com dificuldades. Na noite do Prêmio Congresso em Foco, por exemplo, o líder do PSD, Antonio Brito, era visto como “o cara” pelo grupo mais simpático do governo, e ele não é o favorito do presidente da Câmara, Arthur Lira. Vai ter disputa.



CURTIDAS

Ceará inseguro/ Em uma das praias mais famosas do estado, Cumbuco, o dono de uma barraca foi assassinado a tiros por integrantes de uma facção criminosa. Os famosos passeios de buggy também foram suspensos na mesma praia, conta o deputado Danilo Forte (UB-CE). “A segurança por aqui está em estado falimentar”, comenta.

Nem tudo é política/ Ex-secretário de Esportes do governo José Roberto Arruda, o empresário e suplente de senador André Felipe acaba de se classificar numa das competições mais difíceis do mundo e uma das mais importantes da Europa, a 44ª Ultramaratona Santander, de 100 quilômetros e 24 horas, em Cantábria, na Espanha.

Arquivo pessoal



Mas, para a política.../ ...é preciso saúde. Suplente do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), André Felipe (foto) foi o criador das vilas olímpicas de Brasília e do programa Compete Brasília, que se tornou lei em 2016 por proposta do então deputado distrital Júlio César. Para essa prova na Espanha, foram 12 meses de preparação com treinador e triatleta olímpico Leandro Corrieri de Macedo e preparador físico Gustavo Duarte.

JUDICIÁRIO

Starlink promete bloquear X

Empresa de comunicação via satélite de Elon Musk era a única que não havia confirmado a suspensão de acesso ao ex-Twitter

» LUANA PATRIOLINO

A provedora de internet por satélite Starlink recuou e decidiu, ontem, cumprir a ordem do ministro Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes de bloquear a rede social X (ex-Twitter) no Brasil. As duas empresas têm o bilionário sul-africano Elon Musk como principal acionista, mas o comportamento da operadora de telecomunicações é diferente da posição adotada pela rede social.

O comunicado da Starlink foi feito na conta da empresa no X. Apesar de acatar a determinação, a Starlink considerou a ordem do Supremo ilegal e informou que solicitará à Justiça o desbloqueio dos bens da companhia.

“O time da Starlink está fazendo todo o possível para mantê-los conectados. Após a decisão de Alexandre de Moraes, que bloqueou os bens da Starlink e impede que a empresa faça transações financeiras no Brasil, começamos imediatamente os procedimentos legais no STF explicando a grande ilegalidade da determinação e pedindo para que a Corte desbloqueie nossos ativos”, diz o texto da companhia, em tradução livre da postagem original em inglês.

As contas da Starlink foram bloqueadas por ordem de Moraes para garantir o pagamento de multas impostas ao X, que somam mais de R\$ 18 milhões. O magistrado considerou que as duas empresas fazem parte do mesmo grupo econômico, chefiado por Musk.

O serviço de internet via satélite da Starlink é operado por meio da empresa Space X. A conexão tem 224,4 mil acessos de banda larga fixa, segundo dados

Starlink/Divulgação



Satélite da Starlink: empresa de Musk que oferta conexão de banda larga em regiões isoladas bloqueará o acesso dos clientes à rede social X

da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). É a 16ª maior operadora do setor no mercado brasileiro, mas detém somente 0,5% de participação na área, muito atrás de gigantes como Claro (20,4%), Vivo (14,2%) e Oi Fibra (9,3%).

Antes de acatar a ordem do Supremo, a Starlink havia informado à Anatel, no último domingo, que não cumpriria a determinação judicial. Os usuários da internet por satélite ainda tinham, até ontem, acesso ao X.

A operadora também pediu o desbloqueio de suas contas bancárias, mas o recurso foi negado pelo STF. Ontem, a Starlink perdeu um segundo prazo para recorrer. Em vez de petição um recurso contra a decisão de Moraes, a companhia optou por ingressar com

um mandado de segurança, instrumento processual considerado incorreto para reverter decisões monocráticas no Supremo.

O bloqueio das contas imposto por Moraes vale até que o X cumpra decisões da Justiça, pague as multas e indique um representante legal no Brasil. Desde o início do ano, Elon Musk tem descumprido ordens do Supremo para bloquear perfis de pessoas investigadas pela Justiça, acusados de atos antidemocráticos e de ataques às instituições brasileiras.

O empresário também fechou o escritório da companhia no Brasil, demitiu a equipe e não designou um representante legal. O Marco Civil da Internet exige que as empresas tenham um agente responsável no país.

Multa a usuários

Na segunda-feira, a 1ª Turma do STF decidiu referendar a decisão de Moraes de bloquear o acesso à plataforma no Brasil. Os integrantes do colegiado também seguiram o entendimento do relator para manter a aplicação da multa de R\$ 50 mil para pessoas e empresas que usarem rede privada, como VPN, ou outros “subterfúgios tecnológicos” para acessar o X durante o período de bloqueio. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), porém, contesta a decisão de punir quem acessa o X. A entidade protocolou, ontem, um novo pedido no STF para suspender a multa de R\$ 50 mil.

Para a Ordem, o caso deve ser levado ao plenário da Corte. “Da forma como prescrita pela decisão, a imposição da multa

ocorreria de forma automática pelo simples fato de uma pessoa acessar o X por meio de subterfúgios tecnológicos. Ou seja, as condutas não seriam formalmente individualizadas em procedimento judicial próprio, o que impediria o direito de defesa, em violação ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa”, diz o pedido.

A OAB já havia feito um pedido ao relator para suspender a multa. Na nova ação, a entidade destaca a quantidade de usuários da rede social no Brasil. “Vale destacar que cerca de 21 milhões de brasileiros possuem cadastro na rede social X e podem vir a sofrer restrições de direitos consistente em pagamento de multa onerosa caso incorram na conduta proibida descrita pela decisão”, aponta a entidade.



Cerca de 21 milhões de brasileiros possuem cadastro na rede social X e podem vir a sofrer restrições de direitos, consistente em pagamento de multa onerosa, caso incorram na conduta proibida descrita pela decisão (do ministro Moraes)”

OAB, em nota

Bloqueio de bens

Na decisão que determinou o bloqueio de contas bancárias da empresa Starlink no Brasil, o ministro Alexandre de Moraes autorizou a apreensão de automóveis, aeronaves e embarcações da companhia. A ordem judicial foi inserida no Sistema Nacional de Indisponibilidade de Bens. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Capitania dos Portos foram informadas sobre o bloqueio dos bens. O magistrado também ordenou o confisco de imóveis, o que pode afetar as operações da empresa, atingindo os gateways — estruturas físicas necessárias para a interconexão de bancos de dados via internet. (Colaborou Renato Souza)